

CIDADE DENTRO DA CIDADE: A CENTRALIDADE DO SEQUELE COMO ENCLAVE E A REDE SOCIAL COMO SUA PRAÇA PÚBLICA

Jervanio Manuel Domingos Diogo¹

Juelma Vieira Silva Baldé²

Pedro Afonso Filho³

Igor Monteiro Silva⁴

RESUMO

Este trabalho analisa a Centralidade do Sequele, em Angola, a partir da noção de enclave urbano: um projeto habitacional estatal concebido como “cidade dentro da cidade”, dotado de infraestrutura própria, mas separado do tecido urbano tradicional por sua arquitetura de blocos fechados. Parte-se do argumento de que essa lógica de enclave, ao priorizar a privacidade e a estética de modernidade, não reproduziu espaços públicos vivos e apropriados como as ruas e vielas dos bairros informais, abrindo espaço para que os grupos de redes sociais digitais, sobretudo do WhatsApp, assumam parte da função de praça pública entre os jovens moradores. Objetiva-se compreender como esses grupos digitais organizados por bloco residencial operam como espaço de circulação de informação e de coesão comunitária diante da carência de pontos de encontro presenciais. Metodologicamente, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e de campo, com aplicação de formulário a quinze jovens e quatro entrevistas semiestruturadas, tratadas por Análise de Conteúdo. Os resultados mostram que, embora 86,7% dos jovens ainda frequentem praças e áreas comuns da centralidade, os grupos de WhatsApp de bloco, turma e igreja concentram a circulação de notícias, avisos e vendas do bairro, funcionando como o principal canal pelo qual os moradores tomam conhecimento do que ocorre ao seu redor. Conclui-se que, na ausência de uma praça pública plenamente apropriada, o grupo digital de vizinhança emerge como extensão funcional do espaço público, sem substituí-lo por completo, reforçando a leitura de que o projeto estatal de cidade planejada só se completa quando ressignificado pelas práticas cotidianas de seus moradores. Esta pesquisa contribui para a Diversidade, Inclusão e Transformação Social ao criticar a lógica do enclave urbano e evidenciar o protagonismo jovem na busca por cidadania. Ao demonstrar que os grupos digitais de vizinhança assumem a função de praça pública na Centralidade do Sequele, o estudo valoriza a autonomia popular na apropriação do território. A inclusão social se consolida pela garantia de circulação de informações e fortalecimento da coesão comunitária via WhatsApp. A transformação social ocorre ao provar que projetos estatais habitacionais só se tornam plenamente inclusivos e democráticos quando consideram a diversidade das práticas cotidianas e o direito à cidade dos moradores.

Palavras-chave: Centralidade do sequelebilidade Virtual; Enclave urbano; Espaço público; Urbanismo Angolano.

UNILAB, Unidade acadêmica dos Palmares, Discente, jervanioeliseu19@gmail.com¹

UNILAB, Unidade acadêmica dos Palmares, Discente, juelmavieira18@gmail.com²

UNILAB, Unidade acadêmica dos palmares, Discente, pedroofonso10@gmail.com³

UNILAB, Unidade acadêmica das palmares, Docente, igor.monteiro@unilab.edu.br⁴



INTRODUÇÃO

Na perspectiva angolana, uma “centralidade” é um grande projeto habitacional estatal, concebido para responder ao déficit de moradia e descentralizar o núcleo da capital. Esses conjuntos reúnem edifícios residenciais, escolas, centros de saúde, áreas comerciais e de lazer, caracterizados por arquitetura de alta densidade e infraestrutura autônoma — projetados, portanto, para funcionar como uma cidade dentro da cidade. A Centralidade do Sequele, na província de Ícolo e Bengo, é um dos maiores exemplos desse modelo, reunindo cerca de 10.002 apartamentos em 426 edifícios e mais de 60 mil habitantes. Ao analisar esse tipo de urbanismo em Luanda, o antropólogo António Tomás (2012) descreve tais conjuntos como “utopias” estatais: projetos ideais de modernidade que, ao priorizarem blocos fechados e um estilo de vida mais privado, dificultam o convívio coletivo que ocorria naturalmente nas ruas dos bairros tradicionais. Gaspar (2016) reforça que essas novas regiões urbanas formam uma mancha contínua de edifícios e vias de comunicação, mas nem sempre de espaços de encontro. Trata-se, assim, de um enclave: um território planejado, autossuficiente em infraestrutura, mas relativamente isolado das dinâmicas espontâneas de sociabilidade de rua que caracterizam o tecido urbano informal dos musseques. Diante da dificuldade de encontrar espaços presenciais de convívio, este trabalho investiga a hipótese de que os grupos de redes sociais digitais organizados por território — bloco residencial, turma, igreja — passam a cumprir, ainda que parcialmente, a função de praça pública entre os jovens da centralidade. O objetivo geral deste recorte é analisar como esses grupos digitais se articulam com os espaços públicos físicos do Sequele, e os objetivos específicos são: (i) verificar a frequência de uso das praças e áreas comuns da centralidade; (ii) identificar a função exercida pelos grupos digitais de vizinhança; e (iii) discutir em que medida essa função digital compensa ou apenas complementa a ausência de espaços públicos plenamente apropriados.

METODOLOGIA

Adotou-se abordagem qualitativa e exploratória, combinando pesquisa bibliográfica sobre urbanismo angolano e sociabilidade digital com pesquisa de campo na Centralidade do Sequele. Os dados foram coletados por meio de formulário estruturado, aplicado on-line a quinze jovens moradores, e de quatro entrevistas semiestruturadas realizadas entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026. O formulário incluiu questões sobre a frequência de uso de praças, campos e áreas comuns da centralidade, bem como sobre o tipo de interação predominante nesses espaços — presencial, digital ou mista. As entrevistas, analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), permitiram aprofundar a compreensão sobre o papel dos grupos digitais de vizinhança na vida cotidiana do bairro, conforme os pressupostos metodológicos de Minayo (2001) e Gil (2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados do formulário indicam que 86,7% dos jovens residentes ainda frequentam praças, campos ou áreas comuns da Centralidade do Sequele, o que evidencia que o espaço público físico não foi totalmente abandonado. Contudo, quando questionados sobre o tipo de interação predominante nesses locais, apenas 53,3% afirmaram priorizar o convívio presencial, enquanto 13,3% relataram interagir simultaneamente com outras pessoas e com o celular, e 20% declararam manter maior vínculo com as interações virtuais mesmo estando fisicamente presentes nesses espaços. Esse dado sugere que a praça física, quando existe, já não é o único nem sempre o principal palco da sociabilidade juvenil. Em contrapartida, o WhatsApp apareceu em

100% das respostas como rede social mais utilizada, sendo descrito pelos entrevistados como canal organizado por território de pertencimento. A Entrevistada 2 relatou a existência de múltiplos grupos — “grupo dos jovens do bloco, grupo das jovens da minha turma, grupo da maioria do pessoal da centralidade, grupo da juventude da igreja” —, afirmando que “é por esses grupos que nós sabemos de quase tudo que acontece no bairro, na escola [...] de forma mais rápida sem precisar pesquisar nada específico”. Essa fala ilustra como o grupo digital de bloco assume, na prática, uma função de circulação de informação de utilidade pública — avisos, vendas, notícias de vizinhança — historicamente associada às praças e ruas dos bairros tradicionais. Essa leitura dialoga com Castells (2001), para quem as redes on-line, quando se estabilizam em sua prática, podem formar comunidades virtuais distintas das físicas, mas não necessariamente menos intensas ou eficazes na criação de laços e na mobilização. No Sequele, o grupo de bloco funciona como uma espécie de “mural comunitário” digital, meio pelo qual moradores que talvez nunca dividam a mesma esquina fisicamente compartilham, ainda assim, o mesmo espaço simbólico de vizinhança. É preciso, no entanto, relativizar essa função supletiva: Castells (2003) alerta que a chamada “divisória digital” não se resume ao acesso à internet, mas à capacidade educativa e cultural de utilizá-la de modo produtivo. Mesmo dentro da mesma centralidade, o custo da internet móvel em Angola e as diferenças de conectividade tornam essa experiência desigual, restringindo a participação de parte dos jovens a momentos específicos, dependentes de recargas ocasionais. O “enclave digital”, portanto, reproduz parte das desigualdades que o enclave físico já apresentava.

CONCLUSÕES

Os resultados sustentam a leitura da Centralidade do Sequele como um enclave urbano cuja arquitetura de blocos fechados não reproduziu plenamente os espaços de convívio espontâneo típicos dos bairros tradicionais. Diante dessa lacuna, os grupos de redes sociais digitais organizados por território — sobretudo os grupos de bloco no WhatsApp — passaram a exercer parte da função historicamente associada à praça pública: a circulação de informação de utilidade coletiva e a manutenção de um sentimento de pertencimento territorial. Essa função, contudo, é parcial e desigual, condicionada pelo acesso à internet, o que reforça a ideia de que a rede social digital complementa, mas não substitui, a necessidade de espaços públicos físicos plenamente apropriados.

Ao evidenciar como uma cidade projetada pelo Estado é ressignificada pelas práticas cotidianas de seus moradores, este recorte conecta-se ao tema da Semana Universitária ao mostrar que a juventude angolana urbana não é receptora passiva do desenho urbanístico, mas agente ativo na produção de novas formas de espaço público, ainda que virtuais. Recomenda-se que futuros estudos e políticas urbanas voltadas a centralidades como o Sequele considerem a criação de praças e áreas de convívio efetivamente apropriáveis, de modo a equilibrar a vida comunitária entre o tijolo e a tela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a UNILAB

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GASPAR, João Miguel. A urbanização em Angola: tendências e dinâmicas socioespaciais contemporâneas. GOT: Geografia e Ordenamento do Território, n. 10, p. 97-116, 2016.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TOMÁS, António. O fazedor de utopias: uma etnografia do urbanismo em Luanda. Lisboa: Edições 70, 2012.